

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 134

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 26 DE SETEMBRO DE 2001

ANO XXVII

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PTB

ELIO RUSCH

1º Vice-Presidente - PFL

IRINEU COLOMBO

2º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

3º Vice-Presidente - PSDB

VALDIR ROSSONI

1º Secretário - PTB

ANTONIO ANIBELLI

2º Secretário - PMDB

CESAR SELEME

3º Secretário - PPB

EDNO GUIMARÃES

4º Secretário - PSL

NELSON GARCIA

5º Secretário - PFL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Durval Amaral</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Waldyr Pugliesi</i>
<i>PTB</i>	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i>	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PMDB</i>	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Hermes Fonseca</i>
<i>PDT</i>	<i>Luiz Carlos Zuk</i>
<i>PSL</i>	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i>	<i>Divanir Braz Palma</i>
<i>PL</i>	<i>Serafina Carrilho</i>
<i>PSB</i>	<i>Moysés Leônidas</i>

Representação Partidária

PFL - 09: Custódio da Silva - Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães; PTB - 09: Ademar Traiano - Algaci Tulio - Carlos Simões - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Justus (licenciado) - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PSDB - 06: Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gaucho - Sérgio Spada; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PSL - 04: Antonio Carlos Belinati - Edno Guimarães - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; PDT - 02: Eli Ghellere - Luiz Carlos Zuk; PL - 02 - Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSB - 02: Moysés Leônidas - Ricardo Maia; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PPS - 02: Marcos Isfer - Cezar Silvestri; PSC - 01: Miltinho Pupio.

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 093ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
26 DE SETEMBRO DE 2001**

(quarta-feira)

Presidência do senhor deputado Elio Rusch, secretariada pelos senhores deputados Valdir Rossoni e Moysés Leônidas.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia; PDT: Eli Ghellere, Luiz Carlos Zuk; PSL: Antonio Carlos Belinati, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins; PSB: Moysés Leônidas, Ricardo Maia, Hidekazu Takayama; PSC: Miltinho Pupio; PSDB: José Maria Ferreira, Luiz Fernandes da Silva Litro, Neivo Beraldin, Sérgio Spada, Renato Gaúcho; PPB: Duílio Genari, Fernando Ribas Carli, Tony Garcia; PL: Pastor Edson Praczyk, Serafina Carrilho; PT: Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin; PST: Divanir Braz Palma; PPS: Cezar Silvestri, Marcos Isfer; PMDB: Ademir Bier, Caíto Quintana; Edson Strapasson, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Waldyr Pugliesi; PTB: Ademar Traiano, Algaci Tulio, Carlos Simões, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Ricardo Chab, Thiago Amorim Novaes; PFL: Basílio Zanusso, Cleiton Kielse, Chico Noroeste, Custódio da Silva, Durval Amaral, Nelson Tureck, Plauto Miró Guimarães (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 3131

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

Plenário, a inversão total da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 26.09.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 3128

Senhor Presidente:

Os deputados que este subscrevem, através da Comissão de Educação, Cultura e Esporte desta Casa de Leis, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, que seja destinado o Grande Expediente da Sessão Plenária no dia 01 de outubro, para utilização por representantes dos professores da Universidade Federal do Paraná.

Sala das Sessões, em 26.09.2001.

(aa) ÂNGELO VANHONI - Presidente

ALGACI TULIO - vice-Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Membro da Comissão

Apoioamento:

Marcos Isfer, Cezar Silvestri, Tony Garcia, José Maria Ferreira, Edson Strapasson, Hermes Fonseca, Eli Ghellere e Ademir Bier.

REQUERIMENTO Nº 3107

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de voto de pesar à família da senhora Nair Vioto da Silva, falecida no dia 24 de setembro, no município de Cianorte.

Sala das Sessões, em 26.09.2001.

(a) EDNO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 3112

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento da Sra. Antonieta Marcassa Camargo, nesta capital. Era uma pessoa muito querida pelos seus familiares, amigos e conhecidos, deixando muitas saudades em todos. Recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar apresentada à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 26.09.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 3113

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo: voto de pesar à Sra. Enedina Rosa Plewka, filhos, genros, noras e netos do senhor Gui-

Iherme Plewka, falecido em 23.09.2001, no município de Cruz Machado.

O extinto foi vereador naquele município na gestão de 1996 a 2000 - funcionário exemplar da Prefeitura Municipal por vários anos, onde atendia a parte social do município, viajando a Curitiba quase que diariamente, trazendo pessoas enfermas para serem atendidas nos hospitais.

Sala das Sessões, em 26.09.2001.

(a) CESAR SELEME

REQUERIMENTO Nº 3114

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo: voto de pesar aos familiares do Sr. Neuton Guimarães Costa, falecido aos 65 anos no dia 24.09.2001, nesta capital.

O extinto era oficial exemplar do Exército Brasileiro e deixa uma profunda lacuna entre seus familiares e companheiros de quartel, onde era muito querido e respeitado.

Sala das Sessões, em 26.09.2001.

(a) CESAR SELEME

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 484/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a isentar do pagamento de taxas de expedição de 2ª via de cédula de identidade e carteira de habilitação às pessoas que comprovarem ter sido vítimas de furto ou roubo.

Art. 2º - O requerente deverá apresentar, no ato do pedido de expedição de 2ª via, a ocorrência policial como meio de prova do ato ilícito contra ele praticado.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.09.2001.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

JUSTIFICATIVA:

Devido aos inúmeros casos registrados pelo Departamento de Polícia do Estado, seria esta uma medida consciente e oportuna, pois a aprovação deste projeto de lei autorizando o Poder Executivo a isentar das taxas para a expedição da 2ª via da cédula de identidade e a carteira de habilitação, quando da ocorrência de furto ou roubo, minimizará em parte os prejuízos das pessoas que sofrem estes tipos de delitos.

Desta forma, tendo em vista que é dever do Estado, previsto no texto constitucional, garantir a segurança a todos, entendemos que esse seria um benefício para a população paranaense, que ora se encontra vulnerável, devido ao vultoso número de assaltos no Paraná.

Desta forma, esperamos contar com o apoio dos nobres pares desta augusta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 485/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Estabelece que a tarifa de energia elétrica cobrada das propriedades rurais, após o processo de desestatização da Copel, permaneçam com valores diferenciados como Tarifa Rural.

Parágrafo Único - O estabelecido neste artigo fará parte do contrato de venda da Copel.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.09.2001.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa estabelecer que a tarifa de energia elétrica cobrada das propriedades rurais, denominadas de Tarifa Rural, após o processo de desestatização da Copel, permaneça com os valores diferenciados. O estabelecido deverá fazer parte do contrato de venda daquela companhia.

O consumo de energia elétrica nas propriedades rurais é bastante elevado, considerando principalmente aquelas que possuem processo de irrigação e granjas.

Conto com o apoio dos nobres pares na aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 486/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizada a construção de Pequena Central Hidrelétrica - PCH Lúcia Malucelli Cherobim, a ser implantada no Rio Iguaçu, coordenadas 25°32'S e 49°51'W, situada nas divisas dos municípios de Porto Amazonas e da Lapa.

Art. 2º - A construção da central, mencionada no artigo 1º desta lei, está condicionada à discussão do Plano de Controle Ambiental - PCA, em audiência pública, com a participação das populações atingidas pelo empreendimento, e o cumprimento das formas ambientais emanadas do Instituto Ambiental do Paraná - IAP.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.09.2001.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando a presente proposição, atendendo solicitação da Cherobim Energética S.A., entidade sediada no Estado do Paraná e estabelecida para explorar a Pequena Central Hidrelétrica - PCH Lúcia Malucelli Cherobim.

A proposição está amparada com o Plano de Controle Ambiental - PCA, requerimento de licenciamento ambiental, Cadastro Simplificado para Obras Diversas, cópias das publicações do pedido de licença prévia no Diário Oficial do Estado do Paraná e no jornal O Estado do Paraná, além de vários outros documentos que comprovam a regularidade e a aceitação da proposta que estamos apresentando, pela comunidade dos municípios atingidos.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente projeto de lei, levando em conta também a grave crise energética que assola a nação brasileira.

PROJETO DE LEI Nº 487/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a instalar uma unidade da Delegacia da Mulher no município de Sarandi.

Art. 2º - O Poder Executivo regulamentará o disposto nesta lei no prazo de 120 (cento e vinte) dias, a contar da data de sua publicação.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.09.2001.

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

A crescente escalada da violência para com a mulher na cidade de Sarandi é motivo preponderante de o governo do Estado instalar naquela cidade uma unidade da Delegacia da Mulher.

Os meios de comunicação informam que Sarandi, pelo número expressivo de sua população, tem problemas constantes envolvendo as mulheres.

A Delegacia da Mulher, por ser especializada nessa área, dá também assistência às mulheres, com pessoal especializado.

Pelo bem da população de Sarandi no combate à desigualdade da mulher, formula-se o presente projeto de lei, para merecer o apoio e aprovação dos nobres pares desta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 488/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública estadual a Associação de Moradores do Conjunto Maria Celina, com sede e foro em Londrina - Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.09.2001.

(a) MOYSÉS LEÔNIDAS

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Moradores do Conjunto Maria Celina é uma sociedade civil, sem finalidade lucrativa, política (partidária ou religiosa) e aberta a todas as pessoas residentes na sua área geográfica.

É uma entidade que tem como principal objetivo trabalhar pelas benfeitorias do bairro, promovendo o bem-estar social da comunidade. Tudo de forma democrática e com participação direta dos moradores nas decisões que promovam a integração dos residentes, garantindo-lhes uma melhor qualidade de vida.

Sem dúvida a Associação de Moradores do Conjunto Maria Celina merece a aprovação da lei de Utilidade Pública estadual, pois defende os interesses da comunidade londrinense.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra à primeira oradora inscrita, deputada Luciana Rafagnin.

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN

Senhor presidente, senhores deputados, trabalhadores da educação do Estado do Paraná.

Gostaria de me deter ao Projeto de Lei nº 325 que estabelece a construção de uma usina termelétrica no município de Araucária. Esse projeto foi bastante polêmico nesta Casa, principalmente na Comissão do Meio Ambiente, à qual pertença. Fiquei surpresa quando, no dia de ontem, olhando o projeto que estava em pauta, tinha o parecer da Comissão do Meio Ambiente. Nos reunimos diversas vezes e a comissão não tinha dado o parecer. Inclusive o deputado Geraldo Cartário que assina o parecer, não estava na reunião do dia 24, quando fomos convocados para participar dela e não deu quórum. Os deputados que assinam o parecer favorável não estavam presentes na reunião em que fomos convocados.

Então, vou encaminhar à Mesa o meu voto separado, meu voto contrário à instalação dessa usina, devido a grandes manifestações que vêm tendo naquele município, de várias entidades. A Comissão do Meio Ambiente recebeu trinta mil assinaturas do povo de Araucária, que são contra a instalação dessa usina.

Sabemos da importância da energia elétrica, mas não podemos nos deter somente nisso. Não podemos

concordar que, em nome do desenvolvimento industrial, se deprede a natureza, explore as águas. Bem sabemos que todas as previsões feitas por especialistas do mundo inteiro colocam que em breve a água será um dos bens mais valiosos do mundo.

Precisamos nos preocupar com isso.

Recebemos um parecer do IAP, um parecer da Secretaria do Meio Ambiente sobre os resultados dos impactos ambientais que irão causar com a instalação dessa usina.

Por isso que apresentei uma emenda a esse projeto e gostaria de pedir o apoio dos senhores deputados, onde propõe um plebiscito no município de Araucária, para que o povo de Araucária possa votar e decidir se quer ou não a instalação dessa usina lá, no município.

Antes de mais nada, existe sim a preocupação com o desemprego, mas também existe a preocupação com a saúde do povo do município de Araucária e também aqui do povo da capital.

Senhor presidente, senhores deputados, gostaria também de me reportar ao Decreto 4313, no qual vamos pedir que realmente neste dia votemos, aprovemos, o regime de urgência; não só o decreto, mas que possamos hoje mesmo, votar já, o projeto que revoga o decreto do governador. Na forma de trabalhar, que chamo, uma forma de trabalhar eleições indiretas nas escolas.

Queremos sim revogar esse projeto; revogar o decreto do governador; queremos que exista democracia no nosso Estado.

Além de eleições diretas para os diretores, queremos que sejam valorizados os funcionários da educação; que se valorize as propostas da APP Sindicato; que o governo se torne um pouco sensível à nossa Educação do Estado do Paraná e que atenda às reivindicações da APP Sindicato; que valorize os funcionários da Educação, que estão, desde o ano de 95, sem reajuste salarial, estão com o salário achatado. E os funcionários de Educação do Estado do Paraná merecem.

Portanto, queremos contar com o apoio de todos os senhores deputados, porque o apoio vai ser sim à Educação do nosso Estado do Paraná.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Não tendo mais oradores inscritos no Pequeno Expediente, passamos ao Grande Expediente.

Temos três oradores inscritos e passaríamos a palavra para o primeiro orador.

Cada um terá o tempo de dez minutos.

Primeira pessoa inscrita, o senhor presidente Egon Kerber, a quem passamos a palavra.

O SR. EGON WERLE KERBER

Cumprimentando o vice-presidente desta Casa, deputado, quero estender cumprimentos a todos os deputados presentes, pais, profissionais da Educação; estender, com grande abraço, ao nosso deputado representando

a região de Cascavel e por que não a todos os demais deputados do Governo, da Oposição, e dizer que nós pais, presidentes de associações de pais, associações regionais, temos hoje quatro associações legitimamente constituídas no Paraná e que representamos mais de um milhão de alunos. E por que não dizer, aproximadamente, dois milhões de pais. Então, estamos juntos nesse processo em prol da educação, de uma melhor formação para os nossos filhos.

Estamos juntos no processo em prol da educação. Estamos aqui pedindo o apoio para que esse projeto, que é legítimo, que continue legítimo.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Esta Presidência faz um pedido todo especial, para que os professores e os senhores que estão aqui nas galerias, que por favor, não se manifestem. A Presidência não vai permitir. Nós ouvimos oradores ontem a favor de revogação do decreto e hoje podemos ter quem está a favor, quem está contra. É a liberdade da expressão. E esta Presidência não vai tolerar qualquer manifestação, por gentileza.

O SR. EGON WERLE KERBER

Muito obrigado, senhor presidente. Porque nós que somos e que compomos a nossa educação, acho que o respeito cabe, não só nesta Casa, mas em qualquer lugar. Principalmente dentro das nossas escolas.

A APP tem a sua composição, os professores têm a sua composição, os pais têm também a sua composição, têm a sua Associação de Pais, acho que todos compomos a nossa educação do Paraná.

Então, queremos pedir aqui o apoio de todas as Bancadas, porque entendemos que isso é o melhor, e o que a educação precisa para o nosso Paraná, porque nosso Paraná, a educação é vanguarda, é exemplo.

Muitos Estados, principalmente o Sul, estão copiando a nossa educação. Com certeza ela é uma educação de respeito, uma educação de vanguarda, e por isso nós estamos aqui, e apoiamos, somos pais, e vamos lutar por uma educação melhor para os nossos filhos.

Eu, como pai, não posso admitir, vamos falar um pouco dessas aulas de 30 minutos, que os professores estão fazendo.

Estão usando os nossos filhos!

(Tumulto em Plenário)

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Senhores professores, senhoras professoras. Por gentileza, esta Casa, vos recebe de braços abertos. E com muita honra os recebemos.

Agora, gostaríamos de pedir encarecidamente, para que essa Presidência não precise tomar outras medidas: Respeitem, por favor, o orador que está na tribuna.

Pedimos encarecidamente aos professores do Estado do Paraná, que ocupam essas galerias, ou os fun-

cionários da Secretaria da Educação, ou quem quer que seja, vamos respeitar o orador!

A Presidência não vai tolerar manifestações, porque a liberdade de expressão é de quem está na tribuna.

Aqui se debate! Por favor! Senão a Presidência vai tomar outras medidas.

Continua com a palavra o orador.

O SR. EGON WERLE KERBER

Muito obrigado, senhor presidente!

Gostaríamos de colocar que a APP Sindicato se retirou desse processo, que os pais e essas associações de pais estão dentro do processo desde que ele se iniciou.

Então, acho que a negociação é válida em todos os aspectos, em todos os sentidos.

Hoje cria-se uma grande polêmica em torno do decreto. Estamos dentro do Conselho Consultivo, essas associações de pais fazem parte do Conselho Consultivo.

Algumas mudanças já estamos propondo: nenhum professor perderá o seu direito com uma ausência de 30 dias. Vai ser mudado, dentro de decreto.

Os professores, os profissionais da educação podem ter certeza que nenhum perderá o seu emprego pela ausência de mais de trinta dias, dentro do processo.

Quero deixar aqui nosso apoio, nosso apelo, para que os deputados exerçam o seu direito de cidadania em prol da educação dos nossos filhos.

Sou um pai, labuto mais de 5 anos dentro de uma associação de pais, sou presidente da Urapam, uma associação de pais da região de Toledo, que compreende 18 municípios.

Temos mais de 105 mil alunos, e estamos aí para trabalhar e melhorar a nossa educação.

Muito obrigado, e que Deus proteja a todos!

(Aplausos - Tumulto)

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

A próxima oradora inscrita, Sra. Maria Aparecida Ribeiro, a quem passamos a palavra por 10 minutos.

A SRA. MARIA APARECIDA RIBEIRO

Boa tarde a todos. Eu gostaria de agradecer a presença de todos, e agradecer a esta Casa por estar nos cedendo este espaço, para que possamos falar também como pais a respeito da educação dos nossos filhos.

Eu só gostaria de pedir à Presidência desta Casa, que sou mãe e que respeito, sim, a educação e respeito os profissionais. E se posso ouvi-los, eu também gostaria de falar.

Em primeiro lugar quero dizer aos nobres deputados, que nunca, nós pais, tivemos oportunidade de participar na educação dos nossos filhos dentro das escolas. Nas escolas sempre haviam muros e muito altos, onde os pais não entravam para participar e hoje temos essa abertura. Nós ficávamos em casa discutindo as nossas idéias com as nossas famílias, mas não podíamos expressá-las dentro da escola. Hoje nos expressamos e podemos, até

dentro da Secretaria e também com os profissionais, porque existem muitas associações de profissionais da educação, organizadas.

Nós estamos participando desse processo de eleição de diretores desde o início da criação dele, da formação dele. Nós podemos até pensar que o processo não é 100%. Nada é 100%, nenhum projeto é 100%, ele sempre precisa estar passando por ajustes e que nós defendemos, sim, nessas alturas do campeonato, porque existem mais de oito mil aprovados e esses oito mil também são educadores, eles também merecem considerações. São oito mil, não são cem.

Será que foram consultados, esses oito mil aprovados, se eles gostariam que o processo fosse derrubado?

Vejo da seguinte forma: se não queríamos participar do processo, teríamos que ter feito isto no início. Agora que o processo já se consolidou, nós já trabalhamos, é um desrespeito conosco até.

E fico pensando...

(Manifestação nas galerias)

É, senhores, eu, enquanto mãe, posso ser bem sincera com vocês, posso dizer que aquilo que eu penso lá em casa, que existe na educação, educadores que não nos ouvem, estou presenciando neste momento.

(Manifestação nas galerias)

Eu gostaria de saber qual é a formação que o meu filho recebe dentro da escola dessa maneira. Se todos os candidatos foram fazer a prova...

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Só um minuto, senhora!

Por favor os senhores das galerias! Nós temos um requerimento para ser votado. Agora, se a galeria não colaborar com os oradores, nós já dissemos que vamos tomar outras medidas. Vamos respeitar quem está na tribuna, por gentileza!

A senhora continua com a palavra.

A SRA. MARIA APARECIDA RIBEIRO

Obrigada, senhor presidente!

Então, quero falar para todos que realmente nós apoiamos, sim, na altura em que está o processo. Está quase que na reta final, e que nós também apoiamos os profissionais organizados e que respeitam as posições uns dos outros, nós também estaremos junto com eles, nós também sabemos que o professor não está ganhando bem, nós somos coniventes com isso. E nós queremos, sim, mas nós queremos estar juntos nesse processo, porque nós pais somos responsáveis, todos nós, de contribuir para que sejam pagos salários, nós também somos responsáveis em fiscalizar, por que não, se o nosso filho está tendo a aula que ele merece ter, se realmente a formação é essa. Não somos contra a APP-Sindicato, só estamos falando que agora no patamar em que chegou o processo e que é um desrespeito nós pararmos esse processo neste momento, nós temos que pensar, sim, nos nossos filhos. Eu acho que desrespeito como eu estou ouvindo,

também é. E gostaria de fazer um apelo até que está na Constituição, sim, que é um direito de qualquer profissional parar as suas atividades. Mas, quando se mexe com crianças, com jovens, com adultos, são eles que devem estar sendo usados. Nós temos que ter o bom senso para resolver as situações e para que a formação dos nossos filhos e das nossas crianças não pare.

(Manifestação nas galerias)

Então, senhores, isso realmente é aquilo que eu imaginava estando longe disso tudo aqui. Existem educadores, e educadores comprometidos.

E eu gostaria mais uma vez de solicitar a esta Casa que, por respeito a todo um processo, a todas as pessoas que participaram, que perderam, deixando as suas famílias em casa tarde da noite para estar participando da construção do projeto e que agora da forma que ele já está, na reta final, apóiem o projeto, que ele termine, e que esses profissionais que, de repente, não passaram na prova que, também, pedimos, a Secretaria possa estar aproveitando, porque eles têm liderança, e eles são excelentes profissionais. Mas, o que não pode é desrespeitar mais de oito mil candidatos e todo um conselho que trabalhou nisso.

(Manifestação nas galerias)

Eu gostaria de agradecer e dizer que esta é a nossa mensagem.

Muito obrigada, senhores!

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

A Presidência não vão tolerar mais! Por gentileza, senhores manifestantes. Mantenham-se em silêncio, senão a Presidência vai tomar outras medidas. É o último aviso!

Próximo orador inscrito, Antonio Zerbeto, a quem passamos a palavra por dez minutos.

O SR. ANTONIO ZERBETO

Senhor presidente, senhores deputados.

Estamos aqui como pais, presidentes de APM's, fazendo parte de associações de pais e mestres, voluntariamente...

O SR. ALGACI TULIO (Pela Ordem)

Até em respeito às pessoas que vieram aqui, as entidades também colocaram suas posições, porque nós, parlamentares, também devemos dar atenção, estamos todos aqui envolvidos ainda na discussão de como vamos encaminhar o processo.

Eu acho que seria de boa intenção suspender por cinco minutos para que possamos chegar a um entendimento e retomar a palavra a quem está na tribuna, senhor presidente.

É o apelo que eu faço neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Esta Presidência defere o seu pedido e suspendemos a Sessão por cinco minutos para que o líder do

governo possa encontrar uma saída, de repente negociar, e pedimos encarecidamente mais uma vez para que os senhores, das galerias, se mantenham em silêncio.

O SR. CEZAR SILVESTRI (Pela Ordem)

Senhor presidente, baseado nas informações que nos passaram, nós necessitaríamos de dez minutos, pelo menos, para que houvesse uma negociação.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Está suspensa a Sessão.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Reabrimos a nossa Sessão Ordinária e dentro de inscrição, o Sr. Antonio Zerbeto, representante da Ferapamelon, por dez minutos.

Peço a compreensão de todos, para que possamos ouvir democraticamente todos os oradores inscritos.

O SR. WALDYR PUGLIESI (Pela Ordem)

V. Exa. pronunciou um nome aí que eu gostaria até que o orador que já se dirigiu à tribuna que fizesse a decifração dessa entidade, porque me parece...

Gostaria de saber o que significa essa entidade.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Com certeza ele colocará aos senhores parlamentares e a todos que estão aqui o que a entidade representa.

O SR. ANTONIO ZERBETO

Muito bem. Ferapalemon, Federação das APM's do Norte do Paraná, do núcleo de Londrina, correto? Antonio Roberto Zerbeto, presidente da APM do Colégio Olavo Bilac e vice-presidente do Colégio Atílio Codato (?) e faço parte desta Federação como voluntário. Isto que é importante. Sou pai de aluno e estou lá nesses colégios brigando pelos filhos dos pais que não estão nas ... (ininteligível).

Acho que todo mundo tem direito, não estou negando aqui direito de ninguém. Como tenho o direito de meu filho estudar numa escola pública e como tenho o direito de votar no diretor da escola do meu filho. Correto?

Então, acho o seguinte, senhores deputados, que o projeto, o decreto que está sendo votado, eu fiz parte na elaboração disto aí, nessa comissão.

Nós procuramos colocar pontos...

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Peço silêncio aos nossos visitantes.

O SR. ANTONIO ZERBETO

Nós procuramos elaborar, na medida do possível, que ficasse uma coisa bem clara, uma democracia para ser votada, não para ser colocada. Tem muitos colégios que as diretoras são excelentes e não passaram nas provas. Tem muitas diretoras que não são tão boas quanto

aquelas que não passaram e estão lá para serem votadas, para serem escolhidas.

Então, isto é um processo de democratização. Imaginem se o meu filho fizesse uma prova numa faculdade, eu viria aqui recorrer para ele entrar sendo que ele não teve competência de estar lá dentro!

Eu quero que nosso ensino, não tenho dinheiro para pagar o concurso público, sou pobre, como a maioria dos pais de escolas públicas são, porque os que são ricos estão em escolas pagas e não existe APM, certo?

Então, acontece o seguinte, queremos que o nosso ensino seja um ensino forte como era há quinze, vinte anos atrás, que o meu filho saísse de uma escola pública e fizesse um vestibular e passasse. Isto é o que os pais estão querendo, e não que meu filho chegue no último ano, pare porque eu não tenho dinheiro para pagar um cursinho para ele.

Então, nós os pais, estamos aqui representando para que isto aconteça, ensino de primeira, com fiscalização dos pais, que tem muitos pais que os filhos estão saindo da escola, do segundo grau e, não conhecem aonde o filho estava estudando, não vão na escola.

Então, estamos buscando junto com isto aí uma conscientização, pais, professores, alunos inteligentes, não são só pais e alunos, são para transformar o nosso ensino num ensino de qualidade. Um ensino que o cara fala assim - eu estudei no Paraná, eu sou paranaense que tem orgulho do ensino que tem.

Muito obrigado, senhores deputados.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Horário das Lideranças.

PL, com a deputada Serafina Carrilho.

Queremos registrar a presença do prefeito de Marechal Cândido Rondon, Edson Vasen e os vereadores Nilson, Genésio. Esse anúncio foi solicitado pelo deputado Elio Rusch.

A SRA. SERAFINA CARRILHO

(Lê):

Senhor presidente, nobre deputados e senhora deputada. Está se tornando uma prática nefasta.

Estas manobras que impedem a participação do povo paranaense nas decisões democráticas, não se deve afastar o povo do direito de defender os seus interesses.

Não permitem plebiscito, para venda da Copel; não querem que a comunidade educacional eleja democraticamente os diretores e vice-diretores de escolas.

O Estado democrático de direito está sendo desrespeitado e ameaçado no Paraná.

Os professores que ensinam a democracia aos nossos filhos, estão assistindo o próprio poder público, corromper todo o processo de educação e de liberdade.

Já não basta os professores estarem com seus salários muito defasados!

Não basta a venda de todo o patrimônio do Estado! Querem mais!

Querem impedir o povo de manifestar seus pensamentos e seus interesses, querem impedir que fiscalizem os atos do governo!

O diretor de uma escola, acima de tudo, é um professor de democracia, referendado pela comunidade. E nós conquistamos o direito de estabelecermos um processo eleitoral justo para escolha de diretores de escolas

É uma conquista constitucional deste Poder Legislativo!

Não podemos permitir que professores e diretores, sejam cassados ao bel prazer do poder imponente!

Se assim for, prá que eleição de diretores, se somente aqueles eleitos pelo Poder Executivo, indicados pela secretária de Educação poderão exercer a função?

Senhor presidente. Este Poder Legislativo está sendo chamado a cumprir a sua principal função institucional. Que é limitação ou a sustação dos atos do governador, que exorbitem o poder regulamentar, e esta é a situação que estamos vivenciando; um decreto imposto pelo poder autoritário. Obriga a existir uma eleição viciada, segundo os interesses do Executivo!

Em nome do povo de Maringá e região, em nome dos professores e professoras de Maringá e região e de todo Paraná.

Está deputada Serafina Carrilho, líder do Partido Liberal com representação nesta Casa, manifesta o seu voto favorável pela sustação do Decreto 4313, do governador, pelo bem da transparência do processo eleitoral de escolha dos diretores de vice-diretores das escolas paranaenses.

O diretor da escola deve ter a confiança da comunidade escolar onde atua. Não deve ser um apadrinhado ou um designado pela confiança da secretária de Educação, portanto senhores deputados, não permitamos que seja desconsiderada a autoridade deste Parlamento! Vamos chamar a atenção do governador do Estado, impedindo que ele desrespeite um dos mais nobres princípios da democracia: A liberdade de escolha, amparada pela moralidade e pela transparência dos atos públicos!"

Era só, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Na Liderança do PDT, com a palavra o deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Senhor presidente, senhoras e senhores parlamentares.

Quero, neste instante, pedir escusas aos pais, aos funcionários, aos professores e as pessoas que querem bem a educação do Paraná pela retirada da bancada do Governo, que infelizmente não conseguimos através da nossa liderança das Oposição e do povo do Paraná, na pessoa do Waldyr Pugliesi, conseguimos de todas as formas possíveis recuar, junto com APP, junto com vocês. Mas não conseguimos. O objetivo que o Governo realmente determina, que é uma eleição fajuta, sem condi-

ções nenhuma, a não ser favorecer aqueles que já perderam o poder, e vão perder as próximas eleições em 2002!

Nós entendemos que o governador Jaime Lerner, além de estar mal com a Polícia Civil, com a Polícia Militar, com o servidores públicos, sejam eles de toda a parte, que compõem a família do servidor, vai estar mais penalizando os seus candidatos, a sua pessoa nos comícios, nas reuniões, que os professores deram a mão para ele chegar no Governo.

S. Exa. o governador, não tem hoje o respaldo nem da maioria desta Casa, uma maioria de folga. No episódio da Copel foram 27 senhores parlamentares, contra 26 que defenderam o povo pela não venda da Copel. Hoje, neste plenário, nós teríamos, e os senhores tenham certeza e aqui está o nobre líder do Governo deputado Durval Amaral, nós teríamos 29 votos a favor de vocês contra o decreto da secretária da Educação.

Por isso, nós não temos regimentalmente a presença maior da Bancada do Governo.

Teríamos a condição pela qual aqueles que subcreveram, que todos subcreveram a presença aqui na Casa, da votação a favor da Educação, e a favor dos senhores professores.

Neste plenário, entendemos a tudo e a todos, sabemos.

(Tumulto nas galerias)

Presidente Hermas Brandão, um minutinho só, a manifestação do nosso amigo é a favor da Casa, da democracia...

(Tumulto nas galerias)

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Eu peço a V. Exa. que mantenha a calma.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Eu acho que o companheiro está do nosso lado, merece realmente uma salva de palmas.

(Aplausos)

A sua revolta é igual a nossa, mas nós estamos na Casa Legislativa e o presidente, Hermas Brandão, tem as normas pelas quais regimentalmente nós temos que nos conduzir, aqui dentro, Nós deputados, temos que estar aqui como nós nos encontramos, em traje social; a galeria tem todo o direito da manifestação, como vossa pessoa também possui. Mas nós estamos tentando achar, com paciência, tranquilidade, com perseverança do cargo a ser seguido, a saída para derubarmos o decreto e anular a eleição que está sendo projetada para o próximo sábado. Temos esperança ainda, com a ajuda de vocês, com a presença da negociação do deputado Hermas Brandão, com a anuência do líder do Governo, com a presidência da APP, representando vocês e a Associação de Pais, nós teremos ainda, junto com o deputado Vanhoni, outras rodadas de negociação para chegarmos naquilo que nós desejamos.

Eu queria que vocês, como nós aqui da Oposição, tivessem, como nós estamos tendo, realmente a condição de fazer um diálogo aberto, franco com o Governo do Estado, mostrando que a melhor saída para o Governo é o entendimento com aqueles propósitos que são de vocês e são nossos!

Companheiro, fique conosco e nós vamos continuar juntos, pela luta para derrubar o decreto e anular a eleição dos diretores de escolas.

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

No horário da liderança do PT concedo a palavra ao deputado Hermes Fonseca.

O SR. HERMES FONSECA

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, professores, funcionários e profissionais da Educação.

Em primeiro lugar, queremos manifestar a nossa solidariedade, da Bancada do PT e creio de toda a Bancada da Oposição e o apoio à causa de vocês.

Este governo, parece que, a exemplo dos poderosos deste mundo, quer sufocar a Educação, enganação, quer sufocar a Educação, na protelação de tudo aquilo que se pretende conquistar, através da luta democrática e através das decisões desta Assembléia.

Parece-me que há uma semelhança ao que se faz no Afeganistão, onde se pretende sufocar o Afeganistão em fome e sede.

É inaceitável para todos nós, democratas, para todos nós que temos compromisso com o povo do Paraná, esse decreto autoritário e anti-democrático, que cerceia a liberdade de manifestação e de expressão de toda comunidade escolar, quando impinge condições inaceitáveis para a escolha dos diretores de escolas estaduais.

O que nós precisávamos que acontecesse nesta Casa é que fosse colocada a urgência naquele projeto, que nós aprovamos a urgência lá atrás, quando era presidente desta Casa, o deputado Nelson Justus, quando os professores, na sua marcha, vieram aqui pedir a urgência para implantação e aprovação do PCCS. Mas, todos nós sabemos que a indagação continua. Que até mesmo aqueles que assinaram o projeto de decreto legislativo, para sustar os efeitos do Decreto nº 4313, não se encontram neste Plenário, nesta tarde.

Não podemos permitir mais que oportunistas, que não fazem parte da base democrática desta Assembléia, que não fazem parte da Bancada da Oposição possam vir na rasteira, no final de Sessão, assinar ao final de um projeto que nós, que a Bancada das Oposições apresentaram, para receber os aplausos de todos aqueles que estão aqui, como se eles fossem os salvadores da Pátria! Mas, eu pergunto: onde estão eles, hoje? Onde estão os quatro deputados que assinaram conosco esta mensagem, para sustar o Decreto nº 4313!?

Concedo aparte ao deputado Ângelo Vanhoni.

O Sr. Ângelo Vanhoni

Solicito um aparte de V. Exa. para explicar, para citar, senhor presidente, dois exemplos que aconteceram na cidade de Curitiba, e para os deputados que dão base ao Governo, para entenderem o problema que está acontecendo nas eleições de diretores. Uma escola que conheço, porque acabei dando aula num determinado período, nessa escola, uma escola lá no Xaxim, chamada Jayme Canet.

Esta escola, senhor presidente, no bairro do Xaxim, na época em que eu dava aula, era uma região muito pobre. E existia muito mato. Uma região praticamente abandonada pela nossa cidade. Isto há quinze, dezessete anos atrás. Lá, eu conhecia uma professora que recém estava dando aula, chamada Maria Bezerra, que dava aula de português, tanto quanto eu, para todas as crianças. A maior parte das crianças que frequentava aquela escola, além de terem problemas familiares, do ponto de vista do convívio com suas famílias, tinham vários problemas do ponto de vista das condições materiais de vida. A miséria era muito grande, naquela região.

Então, os problemas do ponto de vista educacional, psicológico, na condução da escola, foram traumáticos, para todas as crianças do Jayme Canet.

Saí de lá, dei aula dois anos, e depois fiquei sabendo, quando passou-se cinco, seis anos, aquela professora que dava aula junto comigo, transformou-se diretora da escola, que é uma professora chamada Maria Bezerra. Ela dá aula na Escola Jayme Canet e é diretora há mais ou menos 13 anos. Eu visitei a um tempo atrás esta escola, e a vi como uma grande escola: toda asfaltada em volta, iluminada, os problemas de assalto e delinquência não existem mais. Aquela escola tem uma associação de pais e mestres organizada, os professores dão aula periodicamente, não há problema de faltas. E a Secretaria da Educação impôs um teste para selecionar os diretores, agora, para poderem se inscrever como diretores das escolas.

Vejam só! Lá na Escola Jayme Canet, todos os professores e a maioria dos pais, quando descobriram que a diretora, que há 13 anos conduz esse processo, não passou nesse teste e não sabemos por que; os critérios não são ditos para ninguém, os pais todos, a Associação de Pais e Mestres e professores se indignaram. Se reuniram e mostraram para o Paraná, para Curitiba, para a Câmara de Vereadores, para o chefe da Casa Civil, para a secretária Alcyone Saliba, que alguma coisa esta errada neste teste, porque a comunidade quer a Maria Bezerra como diretora, não quer pôr qualquer coisa da Maria Bezerra, porque tem uma experiência de vida de treze anos da Maria Bezerra à frente de uma escola problemática, com dificuldades, com professores com baixos salários mas que com tudo isso consegue fazer dessa unidade escolar, uma grande escola da nossa cidade.

Eu me pergunto: que teste é esse, presidente da Assembléia Legislativa? Que teste é esse que a secretária construiu, que impede que a maioria dos pais e professo-

res possam decidir que a Maria Bezerra continue como a diretora da escola?

Em treze anos, e olhem que, vamos supor que tenha algum problema político. São oito anos que a secretária Saliba está à frente da Secretaria e o governador é o governador Jaime Lerner. Eu pergunto se tiver um ato lesivo contra a Administração Pública, se a Maria Bezerra pegou uma folha de papel ofício e desviou da escola, a secretária da Educação, além de tirá-la da diretoria, pode processá-la criminalmente. Não o fez, porque a Maria Bezerra nunca fez um ato lesivo contra o patrimônio público. É lógico!

Então, eu me pergunto, por que um teste que ninguém conhece como foi feito e qual o critério para dizer que a melhor diretora que teve o Jaime Lerner nesses últimos anos, agora não pode mais concorrer a ser novamente diretora? Olhem, não é só lá no Xaxim! Eu vou ser franco com os senhores. Não sei qual é a filiação partidária da Maria Bezerra. Não sei. Acredito que não tenha nenhuma, mas sei que a Maria Bezerra é minha conhecida porque dei aulas lá, quando saí da Universidade.

Agora, vou dar o exemplo de uma outra escola, numa região mais difícil, onde o índice de criminalidade, de drogas, de violência, sobretudo na juventude, é terrível, lá onde está a diretora Maria Facão, conhecida na nossa cidade, como “Maria do Facão”. Esta senhora tem esse nome porque teve que enfrentar muitas vezes aquele jovem que, com todos os problemas da vida, estava optando pelo caminho da violência, da delinquência. Ela era briguenta, ela enfrentava. Se tivesse que brigar, ela brigava mesmo, dava socos e conseguiu fazer dessa escola nos últimos 15 anos em que é diretora, uma grande escola num bairro de periferia, muito sofrido, na nossa cidade. Todos os pais querem que Maria Facão continue, toda a Associação de Pais e Mestres querem que a Maria do Facão continue. Eu pergunto, qual foi o teste que a Secretaria da Educação criou que impede que a maioria da vontade da comunidade escolar possa eleger de novo ou não, a Maria do Facão? Só quem sabe desses critérios, é a secretária da Educação!

Eu falo isso porque assisti a uma coisa que me desagrada e acho que deve desagradar a todos. Eu vi hoje que representantes de pais de Londrina, de outras regiões do Paraná, daqui de Curitiba, vieram e falaram na tribuna e vejam só, nós em função do que a secretária da Educação está fazendo, estamos dividindo, pais e mães de alunos contra pais e mães de alunos no Estado do Paraná! Não podemos admitir que isso aconteça! O que todos os pais querem é poder eleger o representante na escola e que o diretor possa ser eleito! Eu não acredito que os pais concordem com o tipo de critério que não seja claro, que não seja transparente e cristalino.

Então, é sob essa ótica que estamos repudiando o presente decreto do governador e da secretária, porque criou uma situação de difícil sustentação na comunidade escolar do nosso Estado.

Por isso, senhor presidente, peço a V. Exa., e me desculpe o líder da Bancada do PT, mas era importante nesse momento, solicitar que V. Exa. e já ouvi esse apelo ontem, exerça o seu prestígio que todos nós, deputados da Assembléia, os cinqüenta e quatro, delegaram a V. Exa., porque é o presidente do Poder Legislativo do Estado do Paraná. Não é o presidente nem da Situação e nem da Oposição.

V. Exa., para orgulho de todos nós, representa um Poder no Estado do Paraná. E, é um Poder que exatamente neste momento de conflito, de impasse para superar os problemas, tem que exercer a sua legitimidade, o seu prestígio para que a gente possa buscar a solução que possa entender os interesses do conjunto e da maioria do povo do nosso Estado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Concedo ao nobre deputado Hermes Fonseca, horário para concluir o seu pronunciamento.

O SR. HERMES FONSECA

Muito obrigado, Ângelo Vanhoni, pelo aparte, mas não é apenas na escola de Curitiba, do Xaxim, que ocorreram tais fatos. Nós viajamos o Norte do Paraná, nesta última semana e lá nos municípios do interior, onde diretores que já demonstraram a sua liderança, reconstruindo escolas com o dinheiro da comunidade, com campanhas feitas na escola, com a assessoria de pais e mestres, foram alijados deste processo, nesta primeira fase.

Isto é inaceitável e é por isto que nós temos a alternativa de corrigir este absurdo, este decreto que fere a dignidade de todos aqueles que trabalham na educação do Paraná, votando aqui o projeto de decreto legislativo.

Por isso, eu gostaria de fazer um apelo à Mesa da Casa que convocasse, no mínimo, aqueles deputados que assinaram o projeto junto conosco, as bancadas do partido do Governo, porque se eles não vierem aqui votar, não nos interessa também suas assinaturas no texto da lei que nós propomos!

Chega de enganação, chega de oportunismo, chega de fazer cenas para a platéia! É preciso que eles estejam aqui, agora, para que nós possamos votar o projeto e dizer ao Governo que basta o desrespeito com a Educação do Paraná, basta o que ele está fazendo com os nossos jovens, os pais, os mestres e os funcionários da Educação.

Essa é a resposta que nós podemos dar!

A resposta através da democracia, do debate e do voto democrático! Esta é a nossa vontade e a vontade de todos aqueles que continuam nesta Casa para votar, não aqueles que vieram aqui nos espreitar.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Horário de Lideranças.

PPB.

(Declina)

PMDB, deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, senhoras e senhores que participam hoje da Sessão aqui na Assembléia Legislativa.

Para poder compreender este sentimento do governador Jaime Lerner, de tirano, de ditador, e penso comigo onde foi que o governador se formou.

E comecei a pensar, não tem nenhuma ligação com a democracia, porque a sua vida política já começou errada. A sua vida política já foi de forma truculenta porque ele foi levado à condição de prefeito de Curitiba, nomeado pela ditadura militar, nomeado prefeito biônico da capital do Paraná.

E é evidente, o homem que foi presenteado com o cargo de prefeito de uma das principais capitais do País, não poderia fazer outra coisa a não ser o que está fazendo no nosso Estado do Paraná. Ele não tem nenhum compromisso com a democracia. Ele submete a sua bancada aqui a uma crueldade abominável. Os deputados que apóiam o governo nesta Casa, pessoas do interior do nosso Estado, representantes do povo do Paraná, são humilhados pelo governador. Os coloca na obrigação de ter que sair do plenário, virando as costas para o povo do nosso Estado. Obriga os deputados a abandonar o povo ali nas galerias para atender os seus sentimentos de déspota.

Um governador a quem não interessa professor, agricultor, funcionário público, não interessa decência, um governador marcado para atos de corrupção que envergonham o nosso Estado!

Queria dizer para aquelas pessoas que falaram lá na tribuna, pessoas que respeito, porque são pessoas do povo e que, na ingenuidade estão ali a defender uma posição de um governo que envergonha o povo do Paraná, o governador não poderia fazer o que está fazendo com a sua bancada.

Não poderia ter feito o que fez com relação à Copel.

Noventa e três por cento do povo do Paraná era contra a venda da Copel e o governador fez com que os deputados que lhe apóiam nesta Casa, virassem as costas para o povo e rejeitassem o projeto de iniciativa popular. Uma atitude terrível, cruel! O governador Jaime Lerner não tem piedade de seus companheiros. Ele está fechado ali no Palácio Iguaçu no terceiro andar com um forte aparato policial e segurança para poder andar, porque por onde anda no Paraná hoje ele é apedrejado, açoitado pelo povo. É um governo moribundo! É um governador moribundo; faliu o nosso Estado, vendeu o nosso patrimônio, vendeu a Copel, o Banestado, os royalties da Itaipu, a Ferroeste! Vendeu tudo que o Paraná tinha e não dá aumento aos professores, para os funcionários públicos! Não paga a nossa dívida, não faz nada, é um incompetente, dorminhoco, que maltrata o nosso povo!

Senhor presidente, V. Exa. tem aqui a responsabilidade de nomear uma comissão nesta Casa com todos os Partidos, para que possamos encontrar uma solução. Que possamos resolver esse impasse. Que possamos

fazer com que as escolas do Paraná voltem a funcionar normalmente, para que os alunos não tenham falta de aula, para que os professores voltem a dar aulas com vigor e entusiasmo como sempre fizeram.

O governador não tem nenhum filho que estuda na escola pública. Os filhos dele, com certeza, estudaram nas melhores escolas do Paraná, e por isso ele não está preocupado com a educação do nosso Estado.

Gostaria de pedir, em nome do PMDB, em nome dos meus colegas deputados de todos os partidos aqui desta Casa, fazer um apelo ao ilustre líder do Governo, deputado Durval Amaral, para que formemos uma comissão de deputados aqui nesta Casa hoje, para, junto com a APP, junto com as APM's, junto com as pessoas de bem, possamos conversar, para poder resolver a questão desse decreto 4313, que na verdade, nomeia os cupinchas políticos do governador para direção das escolas do Paraná.

Temos que fazer, sim, essa comissão, senhor presidente. Está nas suas mãos essa responsabilidade. Nós confiamos no seu discernimento e V. Exa. poderá nomear tal comissão, para que possamos iniciar uma negociação com o Governo do Estado e possamos fazer com que os nossos professores, pais e alunos, possam ter o direito sagrado e líquido de poderem eleger os seus diretores de escolas e não uma imposição cruel, como deseja o governador Jaime Lerner!

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Consulto a Liderança do PFL, se fará uso do seu horário.

(Declina)

Consulto a Liderança do PSDB se fará uso do seu horário.

Com a palavra o senhor deputado José Maria Ferreira.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, professores, servidores públicos, pais de alunos.

Primeiro, quero agradecer a deferência pelo convite feito da tribuna desta Casa, pelo senhor presidente, mas com toda a honra e com toda distinção, acho que teremos que buscar um caminho diverso.

Assumimos um compromisso público, de toda quarta-feira usar esta tribuna para denunciar a entrega do Banestado, até o final do Governo Lerner. Todas as quartas-feiras iremos fazer isso. Em respeito aos professores, em respeito aos diretores e a este processo esdrúxulo de escolha de eleição, vou declinar hoje desse pronunciamento com relação ao Banestado e o farei amanhã.

Mas quero antes, dizer que apenas estamos transferindo, porque nesses próximos 16, 15 meses que faltam, vamos falar da entrega do Banestado toda semana, para que o governador não esqueça do mal que fez ao Paraná e à economia de nosso Estado.

O Governo não tem respeito para com a Educação; o Governo olha a Educação do Estado do Paraná como

um fator econômico de despesa e não como investimento no processo educacional e na formação de novas lideranças, e não na formação de novas gerações. Ele vê tão somente o quanto está gastando e não o quanto esses recursos colocados em prol da formação da nossa juventude podem reverter na qualificação de um homem mais capaz de exercer o direito da cidadania, de um homem no futuro exercer a sua função produtiva dentro da sociedade.

E não é só com relação à questão agora dos diretores. O Governo vem desmontando a Educação de nosso Estado, a partir daquela associação que contratava funcionários na escola, a Abeja. Ele vem destruindo a nossa Educação com a implantação do Paranaeducação, ele vem destruindo a nossa Educação quando propôs o Proen, e através do Proen arrebitou com as nossas escolas técnicas, e impedindo que, com certeza, os nossos jovens pudessem sair com alguma qualificação das nossas escolas.

Não somos contrários ao processo de aperfeiçoamento, ao processo de melhoria da qualificação curricular, pedagógica, didática, e também gerencial, mas não podemos fazer isso! E não temos como atingir isso, se não fizermos primeiro, e não tivermos em primeiro plano uma posição de respeito e de dignidade à escola que hoje nós temos.

E aí vejamos: o artigo 3º do Decreto de Lei nº 4313, do governador, diz o seguinte, no seu parágrafo 1º:

“Os procedimentos previstos neste decreto serão conduzidos pela Secretaria de Estado da Educação, aplicados individualmente a cada estabelecimento de ensino, incluído no processo, realizado em duas fases:

§ 1º - Compreende-se por comunidade escolar:

c) o segmento profissional dos órgãos regionais da rede estadual, compreendido pelos profissionais dos Núcleos Regionais de Educação.”

O que tem a ver, senhores deputados, senhoras deputadas?

O Núcleo Regional, em uma eleição de uma escola, tem o peso de 20% de todo o componente da escola. O que fazem os representantes de núcleo, se não administrarem as escolas, a partir da legislação compreendida pelo Governo do Estado, através da sua Secretaria, não tem o núcleo que dar palpite com voto, no processo eleitoral!

É uma interferência descabida dos núcleos regionais nesta questão e ainda com representação de 20%! Lá vai um representante do núcleo, e tem 20% do colégio eleitoral da escola! isso não é eleição; isso é “acabamento” de votos!

E aí podemos ainda olhar, o artigo 2º em que diz: “O segmento família, os pais, têm 50% e 30%, só os profissionais.”

A escola, evidentemente, não está sendo respeitada nesta questão.

O parágrafo 2º do artigo 8º, diz o seguinte:

“Durante o exercício da função, o diretor será avaliado periodicamente, através de procedimentos e parâmetros estabelecidos pela Secretaria de Estado da Educação, podendo ser afastado se não alcançar parâmetros mínimos estabelecidos por essa avaliação.”

Ora, a secretária de Estado da Educação, por exemplo, já deu a conhecer quais são esses parâmetros mínimos.

O diretor, se afastado, o vice-diretor vai junto com ele!

E aí ela impõe um diretor! Não tem cabimento! Isso não é eleição democrática! Isso não é respeitar a escola, o segmento educacional do nosso Estado!

Isto é, a mando militar, ele está inferindo na escola, na escolha dos seus diretores, e dizendo que tem democracia, e que a escolha é feita pelos professores, pais e alunos.

E agora o que diz o artigo 10:

“Em caso de impedimento ou licença de qualquer natureza, vacância, dispensa ou desistência, que impossibilitem o exercício da função de diretor, por mais de 30 dias, a Secretaria de Estado da Educação, designará novo diretor.”

Para quê, então, esta farsa, se não tem parâmetro de avaliação? Se com mais de trinta dias o vice-diretor não assume e a secretária pode, simplesmente, indicar um outro membro da escola para poder exercer as funções de diretor?

Ora! Da mesma farsa que fazem em relação a escola, esta Casa, hoje está a representar. A Bancada do Governo aqui não se faz presente para avaliar, decidir, votar sobre um projeto de decreto legislativo que visa justamente revogar este entulho legal que dizem que é democrático!

É por isso que nós não podemos concordar e estamos sempre, desta tribuna, fazendo a defesa da escola pública do nosso Estado, fazendo a defesa do patrimônio público deste Estado, quer seja da Copel, quer seja do Banestado, quer seja de qualquer instituição que represente o patrimônio do Estado do Paraná.

Senhores deputados, nós, mesmo estando aqui praticamente só os da Oposição, exceto o deputado Chico Noroeste, que neste momento preside a Sessão, o deputado Ricardo Maia, que subscreveu o projeto de decreto legislativo e o deputado Hermas Brandão, que com certeza vai estar ali para dar quórum para que haja votação, nós estaremos aqui, todos os dias, para que possamos derrubar este entulho que o senhor governador impõe às escolas do nosso Estado!

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Chico Noroeste**)

Ainda no Horário das Lideranças, PTB.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Pela ordem, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Chico Noroeste**)

Pela ordem, deputado Augustinho Zucchi.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Tendo em vista que nos chega ao conhecimento, que há na Secretaria da Educação, neste momento, uma comissão de deputados designada pelo deputado Durval Amaral, nobre deputado líder do Governo, e que como já encaminhada anteriormente, senhor presidente, uma questão de ordem neste sentido, gostaria de solicitar a V. Exa. que determinasse a composição de uma comissão suprapartidária, para que, juntamente com essa comissão de deputados que está neste momento conversando com a secretária Alcyone Saliba, gestionasse uma negociação para que pudéssemos impedir, ou seja, cancelar, até que se negocie o mérito desta questão, cancela as eleições que estão prestes a acontecer nos núcleos regionais.

Então eu gostaria de pedir a V. Exa. que deliberasse sobre esta questão de ordem, e determinasse a constituição dessa comissão, para que passássemos a negociar junto à Secretaria da Educação, junto ao Governo do Estado, através de uma comissão suprapartidária, esta condição de não haver o prosseguimento no intento da Secretaria da Educação, de fazer a eleição, e pudéssemos chegar a um entendimento, para que os nossos professores, os nossos pais de alunos pudessem ser atendidos nas suas reivindicações, que são justas, com relação à escolha de diretores.

Isto posto, solicito a V. Exa. que determine, imediatamente, a escolha dessa comissão, através da proporcionalidade dos Partidos com assento nesta Casa.

Muito obrigado, senhor presidente!

O SR. PRESIDENTE (**Chico Noroeste**)

Esta Presidência está respondendo interinamente, mas recebe a sua sugestão, a sua questão de ordem. Passamos a analisar e na sequência responderemos à sua questão de ordem.

No Horário das Lideranças, PTB.

Com a palavra, o deputado Algaci Tulio.

O SR. ALGACI TULIO

Senhor presidente, deputado Chico Noroeste, muito nos honra a sua presença na Presidência da Casa, nesta tarde, representando a Cidade de Foz do Iguaçu que também está em pé-de-guerra na briga lá na fronteira, com os nossos irmãos paraguaios.

Senhor presidente, senhores deputados, pais, professores, diretores, comunidade escolar, jovens que estão aqui a ver uma Assembléia Legislativa em pleno funcionamento, em plena Sessão, mas que, lamentavelmente, assistem apenas um lado do debate do Parlamento, e não assistem, do outro lado, o debate deste Parlamento. Aqui é o espaço para que possamos debater, para que cada um possa colocar as suas posições no sentido de encontrarmos o melhor caminho, uma solução.

Afinal de contas, isso é fazer política, e fazer a boa política. A política que fazem os senhores pais, professores, alunos que estão aqui nesta tarde, que estão acompanhando desde ontem na expectativa que esta Casa vote simplesmente um requerimento que pede urgência no projeto que susta o decreto da secretária da Educação. E esta Casa, há dois dias, não tem a capacidade de votar.

E isso, senhor presidente, senhores deputados, é profundamente lamentável, nos deixa, até certo ponto, envergonhados de estarmos aqui na função de parlamentares, porque, afinal de contas, há uma expectativa, uma luta de tantos dias, de tanta expectativa criada em cima de um decreto, como já disse o deputado José Maria Ferreira, esdrúxulo, estapafúrdio, sem outras piores qualificações que nós não sabemos onde a secretária foi buscar, com os técnicos que a assessoram, as condições de se fazer a indicação de diretores de escolas.

E hoje, o que cria? Eu quero só citar aqui três episódios que marcam, lamentavelmente, a passagem da secretária Alcyone Saliba, e aí eu invoco o testemunho de professores e da Bancada do PMDB: que saudade nos dá, Elias Abrahão! Que saudades nos dá o pastor Elias Abrahão, que foi secretário de Estado da Educação deste Estado.

E aí, o Governo do Paraná importa, do BIRD, lá de Brasília, uma economista, com tanta gente capacitada aqui no Paraná, para ser a secretária da Educação. E a secretária, em qualquer discussão, em qualquer momento do seu discurso, da sua conversa, até certo ponto ela é simpática, é sorridente, gosta de cantar, tem todos os direitos que tem uma mulher normalmente, mas ela tem muito mais de colunista do que de secretária da Educação. E aí ela sempre coloca números, como se Educação fosse uma questão de economia.

E veja bem, começamos, e devem lembrar alguns pais aqui, especialmente os que são de Curitiba, dos portes das escolas, aqui algumas escolas em Curitiba fechadas. E a Comissão da Educação desta Casa comprou a briga nesse sentido, fazendo várias reuniões, e tentando demover essa intenção da secretária.

Passado o problema dos portes das escolas, nós tivemos um outro absurdo decreto baixado pela secretária em cima das Apae's, da Educação Especial, quando tirava verbas, tirava repasse de dinheiro do Governo para as escolas especiais, quando puxava de volta para a Secretaria a seção de professores e criava, na verdade, um pandemônio na área da Educação Especial.

Aqui nesta Casa, como fazem os senhores e as senhoras e os jovens, aqui vieram pais e filhos portadores de deficiência, vieram ocupar as mesmas tribunas, choraram em seus depoimentos aqui, comoveram os deputados do lado de lá. E dois dias depois o Governo do Paraná tornava sem efeito aquele decreto da secretária da Educação.

Quer dizer, e agora eu pergunto: que mico está pagando o governador Jaime Lerner com a secretária Alcyone Saliba? Que mico está pagando o governador?

Será que é uma imposição do BIRD?

Será que é imposição do Banco Internacional que, para repassar os benefícios, os empréstimos ao Paraná, exige a presença da secretária Alcyone Saliba?

Será que é isto que o governo tem que pagar? Será que este é o preço do desgaste do governador Jaime Lerner perante a comunidade estudantil e a classe dos professores? Será que precisa pagar um mico tão grande como este de uma secretária que coloca o Governo três vezes no linguajar do jogador de sinuca, deixa o governador três vezes "pacau de bico", onde, ao dar a cutucada na bola, ele não pode acertar a outra porque tem o cantinho da mesa. Que pacau de bico é este que esta secretária está colocando o governador? E coloca agora com esse decreto também! Qual será a próxima atitude dessa secretária? Qual será? E veja, senhor presidente, em que situação está hoje a Educação do Paraná. Nós temos escolas sem diretores, temos escolas com interventores, temos escolas com indicação da própria comunidade que fez uma Assembléia que, à revelia desse decreto, elegeu a sua diretora, e temos escolas que mantiveram as suas diretoras muito embora essas não tenham passado no teste, deputado Luiz Carlos Zuk! O que falta mais para desmontar a Educação neste Paraná? O que espera mais o governador? O que espera mais a bancada governista que sofre aqui neste momento a humilhação de ter que deixar o plenário, para atender o interesse do governo e da secretária? Uma secretária, por um decreto esdrúxulo, faz uma bancada há dois dias deixar o plenário! O que dirão esses Parlamentares nas suas bases eleitorais? De que aqui viraram as costas para o povo e aqui não vieram evidentemente discutir a matéria?

É por isso, senhor presidente, senhores deputados, que nós estamos decepcionados. É jogo político? É jogo da Assembléia? É interesse de um lado e de outro? Não, porque eu acho que educação, segurança e saúde não têm cor partidária, não têm bancada de governo e nem bancada de Oposição.

Educação, saúde e segurança, são três itens que o governo nunca pode deixar de ter uma atenção especial e que o parlamentar não pode passar sobre si o interesse político partidário, porque envolve três classes e três serviços essenciais que o Estado presta ao cidadão que paga os seus impostos.

Por isso senhor presidente, senhores deputados, é que nós estamos entristecidos, mais uma vez. Ontem não pudemos produzir nesta Casa. Ficamos apenas nos discursos. Hoje retornamos e não produzimos, ficamos no discurso. Não podemos dar uma solução a esta gente que veio do interior, gente que está aqui em Curitiba, que vai voltar para a sua cidade e vai dizer olha lá, que papelão da Assembléia!

E aí não é o deputado do governo que saiu do plenário, aí é da Assembléia que paga o preço mais caro. A Assembléia do Paraná não tem competência para votar um requerimento de urgência, porque o regimento exige a presença de no mínimo, 28 parlamentares e a bancada

de Oposição independente não tem este número! Nós temos aqui no máximo 26, 25 parlamentares. E lamentavelmente que ontem se fez aqui um teatro para a platéia onde se anunciou que se votaria a favor do requerimento e o deputado sai do plenário.

Tudo isso é lamentável. A perda de liberdade do político! Pelo menos nessas três situações. Eu entendo que o deputado que é da ala governista tem que atender os interesses do governo. Quem é de Oposição, evidentemente, faz seu papel, mas é preciso deixar ao parlamentar esta liberdade, de ele ter a sua consciência tranqüila e dizer - educação, saúde e segurança não têm cor partidária e não têm interesse de atender à secretária e ao governo.

Eu tenho que atender o meu povo, eu tenho que ter essa liberdade pelo menos, e isto, deputado Durval Amaral, eu respeito perfeitamente a sua situação, já estive nesta mesma cadeira por dois anos, como líder do Governo, é o processo regimental que estabelece e permite isto, mas é muito difícil...

(Término do tempo)

(Concedido mais um minuto para concluir)

Talvez seja o meu último momento nesta tribuna, não nesta tribuna, mas utilizando o horário do PTB, e eu queria então dizer que nós entendemos perfeitamente esta questão regimental, mas é muito difícil, deputado Durval Amaral, quando a bancada governista, tenho certeza V. Exa. também sabe, a secretária está errando, e muito!

A secretária já errou demais! A secretária continua colocando o governo num papel de mico e, com isso colocando, também, a Bancada Governista, aqui, que não merece esta humilhação.

Por isso, encareço a V. Exa. que entre hoje até a Sessão de amanhã, que é às 10h00, tenhamos aí uma definição, ou a Bancada vem e vota a favor, ou vem e vota contra, mas que venha ao plenário. E que vamos discutir então na essência a matéria, vamos ver a situação toda de qual é a negociação. Porque a APP Sindicato e os pais colocaram interesse em fazer negociação, até em ceder em algum ponto, porque eu, o deputado Ângelo Vanhoni, o deputado Orlando Pessuti, estivemos às 13h30min, no gabinete do presidente Hermas Brandão, junto com eles. Eles procuraram de todas as formas, com boas intenções, achar um denominador comum.

Mas, infelizmente, a resistência do outro lado, o radicalismo do outro lado, não permitiu essa negociação. Nós lamentamos profundamente, deixarmos hoje aqui, este plenário sem uma produção e sem uma solução para um caso tão importante e fundamental para este Estado que é a Educação.

Parece que a Educação neste Estado, não se leva pelo interesse do aluno, não se leva pelo interesse do professor de 10, 15 e 20 anos de magistério, não se leva pelo interesse de uma diretora de 10, 12 anos no cargo e fazendo uma escola modelo.

Nada disso mais vale na Educação do Paraná!

O que vale é a vontade, é o interesse e o desejo da secretária, que continua dando as suas mancadas aqui na Educação do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Chico Noroeste)

PPS. Com a palavra o deputado Marcos Isfer.

Antes, a pedido da deputada Serafina Carrilho, anunciar a presença das vereadoras de Sarandi, Cida e Sandra.

Sejam bem-vindas.

Pedido do deputado Ademir Bier, anunciar a presença dos vereadores de Terra Roxa, Afinato, Elio Marques, Hamilton e Altair.

Sejam bem-vindos aqui em nossa Casa de Leis.

Com a palavra o deputado Marcos Isfer.

O SR. MARCOS ISFER

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados. Nós, do PPS, não conseguimos compreender como é que uma lei votada em 1990, e que foi boa para toda a Educação durante esses 11 anos, agora quer ser revogada por um decreto de uma secretária que muito mais tem o lado econômico, como bem já o disseram aqui, do que o lado da Educação.

Por inúmeras vezes nós temos visto esse tipo de confronto acontecendo na área da Educação. O principal, senhor presidente e senhores deputados, estamos vendo ocorrer também na área política.

Parece-me que até a dupla sertaneja, Alcení e Alcyone têm, infelizmente, conduzido o Governo ao isolamento também na área da Educação. Essa dupla tem conduzido em todos os momentos o Governo ao isolamento. Fazem e praticam a má administração pública, quando não escutam, não conversam, não dialogam com a classe política, quando não dialogam a APP, a Associação, a sua entidade de classe, mas, principalmente, quando não dialogam com a comunidade.

Vejam os senhores o que aconteceu no decreto da APAE. Somente com pressão desta Assembléia, do senhor presidente Hermas Brandão, das Bancadas de Situação e de Oposição, é que foi possível se revogar aquele decreto, que vinha infelicitar toda a nossa Educação Especial.

Da mesma forma agora, um decreto tenta fazer com que haja um desmonte na área da Educação. Por que um desmonte na área da Educação?

Porque esse decreto, saibam senhores pais e todos aqueles que estão aqui presentes, não é apenas um interesse de colocar um cabo eleitoral à frente dos colégios, mas é principalmente, de colocar alguém que não conteste as diretrizes equivocadas que a secretária da Educação tem tomado em inúmeras atitudes e em inúmeros momentos. Ela toma as atitudes equivocadas, tem, por parte dos senhores diretores, uma discussão, uma confrontação, e é por isso e apenas por isso que se deseja alinhar diretores de escola para que o nosso projeto

pedagógico paranaense seja feito à vontade de uma única secretária.

O Sr. Cezar Silvestri

V. Exa. me permite um aparte?

(Assentimento)

Deputado Marcos Isfer, V. Exa. levanta na minha avaliação e esclarece para todos que aqui estão presentes, qual é o verdadeiro objetivo por parte do governo, porque quando vi alguns pais, com certeza, bem intencionados, que foram iludidos por parte do governo, dizerem que são favoráveis às eleições democráticas para diretores, que os diretores têm que mostrar competência e até fazendo uma contradição, dizendo que excelentes diretores haviam sido reprovados e outros nem tão competentes haviam sido aprovados, isso é verdade!

Não há contradição entre os pais e principalmente entre os deputados da Oposição e do Bloco Independente que estão aqui presentes neste momento. O discurso é o mesmo! A orientação é que é diferenciada, porque o argumento que a secretária da Educação tem usado para convencer alguns pais bem intencionados, de boa fé, é dizer que os diretores se elegem agradando os alunos, favorecendo os alunos, não exigindo dos alunos, agradando os pais.

Ora! Será que nós queremos tirar ou menosprezar a inteligência dos pais, dos alunos, dos professores, porque quem elege desde 1990 através da lei do deputado Rubens Bueno que é líder do nosso Partido na Câmara Federal, quem elege é a comunidade! Se a comunidade não tem preparo para eleger um diretor, como é que nós vamos avaliar e dizer que a comunidade pode eleger o presidente da República, pode eleger o governador, pode nos eleger deputados? Isso é um verdadeiro absurdo, é um argumento totalmente falso!

É muito melhor, senhores pais, nós vermos um diretor integrado com a comunidade, procurando realmente resolver os problemas, até porque quem está lá são vocês, do que pegarmos diretores bajuladores da secretária de Estado que farão exatamente o que ela quer, sem contestá-la e sem procurar levar avanços para a comunidade e para a educação de cada escola.

Por isso, parabéns, deputado Marcos Isfer, porque V. Exa. entrou no “x” da questão. O quê tem por trás disso? Nós tínhamos uma lei funcionando maravilhosamente e deu condições para que o diretor participasse junto com a comunidade e em que a comunidade tivesse uma participação na escola. Ela está na verdade, junto com o governador Jaime Lerner, num projeto suicida, levando deputados da Base de Sustentação, e eu conheço pessoas de bem que estão se afundando junto com o governador, nesse projeto suicida.

O SR. MARCOS ISFER

Obrigado pelo aparte.

O que nós percebemos é esta trama política sendo realizada para tirar dos senhores diretores de escola,

aquele poder que sempre fez parte da Educação, o poder da discussão, o poder da contestação.

Uma lei, como disse bem o deputado Silvestri, de autoria de Rubens Bueno, que por onze anos vem se presutando a todo o Estado do Paraná. Inúmeras resoluções alteraram, mexeram, sempre discutidas e eu me espanto, porque cansei de ver essa classe dos professores sendo os principais responsáveis pela eleição do governador Jaime Lerner, quando ele, ainda perfeito, eleito com apoio do ensino e dos professores municipais e estaduais. Novamente candidato a Governador, duas vezes eleito com apoio dos professores, das escolas municipais, das escolas estaduais. E neste momento só posso entender que ele, cego pelas mentiras que lhe são pregadas por essa dupla caipira, como eu disse, porque Alceni e Alcyone me parece dupla caipira, para isso talvez eles tenham algum talento, mas, para a área política e para a área da Educação, infelizmente, nós não temos visto nada de positivo ser feito neste Estado.

Deputado Hermas Brandão, presidente desta Casa, como outros deputados que aqui já estiveram, me somo também pedindo a V. Exa., que interfira neste assunto, porque o senhor tem a necessidade do homem do povo, do homem que anda junto às suas bases e principalmente, V. Exa. tem demonstrado em todos os momentos nesta Casa, como mediador, como o grande elemento de conjunção de todas as Bancadas desta Casa, que com a sua palavra, tenho certeza, o Governo irá repensar novamente, como já o fez no caso das APAE's, porque é um absurdo o que se pretende: não é apenas se nomear diretores como cabos eleitorais, como era aliás, antes da lei de escolha direta. Esta é uma nomeação de políticos na região.

O Sr. Caíto Quintana

Acho que colocamos todas as razões, não é isso? Até a forma que não pode acontecer, em concurso e em concorrência uma das partes ter privilégio subjetivo, como é o caso do voto do núcleo, vale mais que o voto da comunidade.

Agora, acho que uma coisa tem que acontecer, derrubar o decreto. Se não derrubar o decreto, pelo menos tem que ter coerência, tem que ter artigo a mais no decreto, que a secretária da Educação também tenha que fazer teste seletivo para poder ser nomeada no Estado do Paraná, para evitar absurdos iguais a esses que têm acontecido.

O SR. MARCOS ISFER

Concordo com V. Exa., deputado Caíto principalmente quando vemos que é um concurso sem critério nenhum, porque o concurso poderia até existir desde que critérios claros existissem. Mas não existe nada. Nada foi discutido com a comunidade, nada foi discutido com a entidade de classe, nada foi discutido com os pais, simplesmente se faz na base da imposição. E esta imposição distorce todo o processo eleitoral. Então, deixa de ser

uma eleição para passar a ser uma nomeação pelo agente do núcleo, que também é um agente político.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do senhor deputado Ricardo Maia, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Moisés Leônidas, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Divanir Braz Palma, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Edson Praczyk, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3131, de autoria do senhor deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando a inversão total da Ordem do Dia da Sessão Ordinária. **Prejudicado.**

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, nós temos duas colocações a fazer nesta questão de ordem. A primeira delas: na Sessão de ontem, quando foi a mesma interrompida por falta de quórum, nós estávamos deliberando sobre um requerimento do deputado Tony Garcia, que pedia a inversão da Ordem do Dia daquela Sessão.

Segunda questão: ontem também protocolamos e foi recebido pela Mesa e se deu ciência a este Plenário, de um requerimento com assinatura de cerca de 24 senhores deputados, se não me falha a memória, propondo a transformação desta Sessão em Comissão Geral de Plenário, para que pudéssemos analisar o Projeto de Decreto Legislativo 07/2001, que revoga o Decreto nº 4313.

A questão de ordem que eu levanto a V. Exa., é se aquele requerimento que estava em processo de votação, ontem, prevalece para o dia de hoje, ou se teremos que requerer, novamente, a inversão da Ordem do Dia.

A segunda questão que faço é que, antes de V. Exa. iniciar a discussão da Ordem do Dia da Sessão de hoje, nós teríamos que deliberar sobre o requerimento de transformação do Plenário em Comissão Geral, porque aprovado o requerimento de transformar o Plenário em Comissão Geral, V. Exa. terá, como determina o Regi-

mento, de reorganizar a Ordem do Dia, incluindo na Ordem do Dia de hoje o Projeto nº 07/2001.

Então a questão de ordem que eu levanto é nesse sentido, se teremos que apresentar um novo requerimento, se o deputado Tony Garcia terá que apresentar um novo requerimento de inversão da Ordem do Dia e a questão principal que faço é que se delibere a questão de transformação do Plenário em Comissão Geral, porque aprovada a Comissão Geral, nós teríamos que suspender a Sessão por alguns instantes, para se reorganizar a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Informo a V. Exa. que vou suspender a Sessão por 3 minutos, para dirimir uma dúvida com a nossa assessoria.

(**Suspensa a Sessão**)

Está reaberta a presente Sessão.

Respondendo a questão de ordem do deputado Orlando Pessuti, no entendimento aqui, o deputado Orlando Pessuti já apresentou um novo requerimento, pedindo a inversão total da Ordem do Dia da presente Sessão.

Aprovado.

O SR. DURVAL AMARAL

Peço a verificação de votação.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Solicito chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Solicito ao senhor 1º secretário que proceda à chamada nominal dos senhores deputados.

Antes, concedo a palavra, pela ordem, ao deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Gostaria que V. Exa. também nos respondesse cerca do nosso requerimento e de mais vinte e três senhores deputados, com referência à transformação do Plenário em Comissão Geral, para apreciação do projeto de decreto legislativo, no dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Em seguida à votação deste requerimento de V. Exa., nós discutiremos o requerimento e o aceitamos, para ser votado no dia de hoje.

(**Aplausos**)

Pela ordem, com a palavra o deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Senhor presidente, é rápido, porque é preciso esclarecer o Plenário, que está assistindo, e uma matéria que é do seu interesse.

Nós estamos pedindo a transformação da Assembléia num requerimento, do conjunto da Assembléia, numa Comissão Geral, para quê?

Para que, se a Assembléia aprovar este requerimento, de regime de urgência para votação do projeto de decreto que anula o ato do governador e da secretária Acyone Saliba, terá que ser votado hoje. Mas, para isto, nós precisamos ter, no plenário, vinte e oito votos. Para quê? Para transformar a Assembléia em Comissão Geral e logo depois votar o projeto.

É preciso este esclarecimento, para que o Plenário entenda, porque, se não der quórum para votação dos vinte e oito, e como a Bancada do Governo se retirou do Plenário, não haverá votação do requerimento, será transferido para a Sessão de amanhã. A Bancada do Governo faz isto, por quê? Porque há quatro deputados da Bancada do Governo que já disseram ao líder, deputado Durval Amaral, que se for à votação aqui no plenário o projeto de decreto, eles vão votar conosco. Significa que nós temos vinte e oito.

No entanto, o líder do Governo os convenceu, até agora, a não estar aqui para dar o quórum de votação, por isso, nós temos o compromisso desses deputados que votam na essência do projeto conosco. O que é importante, que se não der quórum, os pais e professores estejam aqui, amanhã, às 10 horas, porque eu tenho certeza que amanhã os deputados estarão aqui e nós vamos votar, porque teremos vinte e oito.

O SR. HERMES FONSECA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, em respeito aos profissionais da Educação que se encontram aqui, pais e funcionários, e dando uma oportunidade para que os deputados que ontem se manifestaram favoravelmente ao projeto e assinaram, deputados Ricardo Chab, Alborghetti, Edno Guimarães, que V. Exa. pudesse, através do sistema de chamamento aí da mesa, acionar a campanha e fazer que esses três viessem aqui, que com a presença deles e do Ricardo Maia, que está na mesa, nós teremos quórum para votar, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Solicito à chamada nominal dos senhores deputados, pelo deputado Ricardo Maia.

O SR. RICARDO MAIA (**Procede à chamada nominal**)

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Vinte e quatro (24) senhores deputados responderam à chamada.

Portanto, não há quórum para deliberação.

O SR. HERMES FONSECA

Senhor presidente, eu gostaria de requerer à Mesa a lista dos deputados que responderam à chamada na Sessão, neste momento.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Defiro o pedido de V. Exa.

Sobre a mesa, Requerimento nº 3128, de autoria da Comissão de Educação, Cultura e Esportes tendo como presidente o deputado Ângelo Vanhoni, como vice-presidente o deputado Algaci Tulio e como membro da Comissão o deputado José Maria Ferreira, com apoio dos deputados Marcos Isfer, Cezar Silvestri, Tony Garcia, Edson Strapasson e demais deputados, constante do expediente. **Autorizo.**

Requerimento nº 3107, de autoria do senhor deputado Edno Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3112, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3113 e 3114, de autoria do senhor deputado Cesar Seleme, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. ALGACI TULIO

Há um requerimento na mesa, da Comissão de Educação propondo o Grande Expediente na próxima segunda-feira, para que os professores da UFPR possam fazer aqui o uso da palavra. Já deferiu.

Gostaria de incluir e que se permitisse nessa divisão do horário dos professores federais, a possibilidade dos professores estaduais universitários poderem também dividir essa meia hora.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está deferido o uso do Grande Expediente. Se houver espaço, nada impede nós cedermos.

Nestas condições, declaro encerrada a presente Sessão, marcando uma Sessão para quinta-feira, dia 27, às dez horas, no plenarinho, com a presença do senhor secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, Miguel Salomão, que irá discorrer sobre o que dispõe a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Convido os senhores deputados para a Sessão Solene de outorga do Título de Cidadania Honorária do Paraná ao Sr. Arlindo Alberto Lamb, a se realizar às dezessete horas.

Marco ainda uma Sessão Ordinária para segunda-feira, dia 1º, à hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 444 e 737/97; 298 e 558/99; 285, 305, 384 e 385/2001.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 083/99; 132 e 325/2000; 280, 283, 304, 335, 366, 367, 370 e 410/2001.

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 279, 301, 302, 308 e 322/2001.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 213/2001.

Levanta-se a Sessão.